

As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado*

Marcio Gazolla **

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural, Doutorando em Desenvolvimento Rural, Bolsista da CAPES e Professor da UFSM, Campus de Frederico Westphalen-RS

Gelson Pelegrini ***

Engenheiro Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável e Extensão Rural e Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen-RS

Resumo

O presente artigo aborda o processo de agroindustrialização da produção da agricultura familiar no Norte gaúcho. O objetivo é analisar a chamada agroindústria familiar desse local, desde o seu processo histórico de surgimento, constituição e passando pelos seus aspectos produtivos e de renda. A agroindústria familiar é entendida como uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar, que leva esses agricultores a “produzirem” novidades (“inovações”) e a agregarem um maior valor aos seus produtos. Para desenvolver esta análise, utilizam-se a Perspectiva Orientada aos Atores (POA), de Norman Long, e a noção de produção de novidades (“novelty production”), de Jan Douwe van der Ploeg e outros autores. Conclui-se que a agroindústria familiar é potencialmente geradora de inúmeras novidades e que possui um papel central na produção de maiores valores agregados e na melhoria da renda das famílias rurais.

Palavras-chave

Agroindústria familiar; produção de novidades; agregação de valor; desenvolvimento rural.

* Revisora de Língua Portuguesa: Valesca Casa Nova Nonnig.
Artigo recebido em jun. 2010 e aceito para publicação em jun. 2011.

** E-mail: marciogazolla@smail.ufsm.br

*** E-mail: g.pelegrini@fw.uri.br

Abstract

This article discusses the process of agroindustrialization of the production of family farming in North Gaucho. The objective is to analyse the call agroindustry family of this place, since its historical process of emergence, constitution and going through the aspects of production and income. The agroindustry family is understood as a strategy of social reproduction of family farming, which takes these farmers to “produce” novelties (“innovations”) and add more value to their products. To develop this analysis, using the Perspective Oriented Actors (POA), by Norman Long and notion the production of novelty (novelty production), Jan Douwe van der Ploeg and authors others. It is concluded that agroindustry family is potentially generating many new novelties and that has a central role in the production of higher values-added and improvement the income for rural families.

Key words

Agroindustry family; production of novelties; adding value; rural development.

Classificação JEL: Q, Q5, Q55.

1 Introdução

O tema de pesquisa das agroindústrias familiares insere-se nas discussões das transformações mais recentes do sistema agroalimentar e da agregação de valor aos produtos agropecuários. Nos últimos anos, as transformações no agronegócio têm sido intensas, especialmente em questões que passam pelo meio ambiente, incrementos tecnológicos e a necessidade de maior agregação de valor aos produtos voltados aos mercados internos e externos. Na agricultura familiar, a agregação de valor também é uma necessidade manifestada tanto pelos agricultores, através de suas iniciativas, como por agentes de desenvolvimento e pelas próprias políticas públicas, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De maneira geral, os estudos têm mostrado que essas iniciativas surgem em regiões de agricultura familiar consolidada há algum tempo que preservou os conhecimentos de transformação de alimentos e produtos

agropecuários como uma prática histórica (Oliveira; Prezotto; Voigt, 1999; 2002). Essas experiências se desenvolvem com poucos recursos e em pequena escala, muitas vezes marginais aos sistemas institucionais de fomento e de fiscalização agroalimentar, possuindo diversas dificuldades para se inserirem nos mercados formais e para ampliá-los espacialmente. Para muitas dessas unidades, a saída tem sido a crescente organização em redes, associações e cooperativas, como forma de avançar em suas conquistas e reconhecimentos perante a sociedade (Mior, 2005).

Segundo Wilkinson (2008), essas iniciativas operam com base nos mercados locais de proximidade e de relacionamentos continuados, em que aspectos como o prévio conhecimento entre os atores, a confiança e as transações frequentes geram lealdades. Em função disso, essas atividades funcionam com relações sociais institucionalizadas localmente, que são reproduzidas por agricultores e consumidores dos produtos, fazendo que muitas experiências de agroindustrialização não almejem o seu enquadramento nos sistemas institucionais formais (Carvalho; Waquil, 2009; Agne, 2010).

Segundo Guimarães (2001) e Prezotto (2002), esses aspectos de informalidade dessas unidades trazem à tona o dúbio papel das instituições e agências reguladoras dos sistemas agroalimentares. Algumas delas têm operado no sentido de fiscalizar e punir essas experiências com base nos parâmetros da legislação agroalimentar oficial, desconsiderando outros aspectos da qualidade dos alimentos. De forma distinta, outras partes do Estado têm tentado apoiar, em vários níveis, essas experiências com políticas, como o Pronaf, e programas de agroindustrialização e com políticas estaduais (a exemplo do RS e do PR). Porém pesquisas iniciais sobre o tema mostram que essas políticas fortalecem os agricultores mais estruturados e informados, nem sempre atingindo os informais e os mais pobres, como os do Nordeste (Raupp, 2005; Wesz, 2009).

Do ponto de vista do desenvolvimento rural, essas iniciativas são importantes para que os agricultores consigam construir novas estratégias de manutenção social e econômica, de forma alternativa ao padrão de desenvolvimento moderno existente no campo nas últimas décadas. Nesse sentido, a agroindustrialização é compreendida como uma alternativa técnico-produtiva, que busca diversificar a produção, as atividades e as rendas existentes dentro das unidades. Mas essas experiências também agem no sentido de: (a) gerar processos mais autônomos de produção e de relacionamento com os mercados; (b) serem nichos potenciais de construção de novas combinações sociotécnicas diversas (novas redes, mercados, organizações sociais e tecnológicas, produtos e/ou processos); e (c) auxiliarem as famílias na produção de maiores valores agregados aos seus alimentos, mantendo esses agricultores ativos enquanto atores sociais,

na busca de sobrevivência nos espaços rurais (Pellegrini, 2003; Gazolla, 2009).

Essas iniciativas têm-se tornado cada vez mais proeminentes em regiões de agricultura familiar, como no Médio Alto Uruguai-RS, local em que o estudo foi desenvolvido. Mas, em outras regiões do Brasil, também é notória a crescente importância dessas experiências. Por exemplo, dados amostrais microrregionais apresentados por Oliveira, Prezotto e Voigt (2002) para o Rio Grande do Sul registram a presença de 1.528 agroindústrias familiares. Estimativas preliminares realizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) apontam um número de 2,5 mil unidades no RS. Em nível nacional, as estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) indicam a existência de, aproximadamente, 35 mil empreendimentos dessa natureza em 2008. Já os dados do **Censo Agropecuário de 2006** (IBGE, 2010) destacam que 16,7% dos estabelecimentos rurais, no Brasil, beneficiam e/ou transformam alguma matéria-prima.

Com o propósito de definir essas experiências, pode-se afirmar que as iniciativas investigadas são agroindústrias familiares que se desenvolvem através da produção e do processamento de alimentos e produtos agropecuários, gerando processos de aumento dos valores agregados a estes, através da transformação dessas matérias-primas em produtos mais elaborados. Nesta investigação, essas unidades agroindustriais são entendidas segundo a definição de Mior (2005, p. 191):

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorre geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

Por outro lado, do ponto de vista teórico, é necessário evoluir nas interpretações dessas iniciativas. Desse modo, o artigo propõe novos referenciais analíticos para compreendê-las. O trabalho segue na esteira de outros estudos que entendem o desenvolvimento rural como um processo de construção de novas práticas, processos, experiências e políticas que surgem a partir dos atores sociais e que tentam constituírem-se como movimentos relativamente mais autônomos de desenvolvimento dos agricultores (Long, 2001; 2006; Ploeg et al., 2000). Dessa forma entendido, o desenvolvimento rural não necessariamente passa por grandes teorias de interpretação ou intervenção, mas pela investigação da ação dos atores sociais nos espaços rurais. A importância maior está em compreender como esses estão desenvolvendo-se através de novas práticas e conhecimentos,

gerando novos produtos e serviços que estão ligados à construção de novos mercados (Ploeg et al., 2002 apud Milone, 2009, p. 5).

O objetivo do trabalho é demonstrar que essas experiências de agroindustrialização são uma estratégia consistente dos agricultores de busca da sua manutenção social e econômica, sendo que essas unidades possuem papéis importantes nos processos de geração de novas configurações sociotécnicas (que são entendidas pela noção de produção de novidades), na formação da renda das famílias e nos produtos produzidos e processados que eles colocam nos mercados locais. Nesse sentido, o trabalho quer responder a duas questões principais: (a) quais são as novidades técnico-produtivas construídas por essas experiências familiares?; (b) quais os produtos produzidos (e processados) e as rendas geradas com o desenvolvimento dessas unidades?

O artigo é fruto de dois projetos de pesquisa¹: o primeiro é a Pesquisa CAAF (Pellegrini; Gazolla, 2007), intitulada **Caracterização e Análise das Agroindústrias Familiares da Região do Médio Alto Uruguai**, que possuiu como objetivo estudar o processo de agroindustrialização na agricultura familiar local. Esse projeto foi desenvolvido por pesquisadores de duas universidades: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Frederico Westphalen, e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus de Frederico Westphalen. Contou-se, também, com a colaboração da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar)/Emater na aplicação dos questionários, através dos Assistentes Técnicos Regionais de Agroindústria e dos Escritórios Municipais.

A Pesquisa CAAF foi realizada no ano de 2006, na área de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau), sendo aplicado um questionário junto aos 30 municípios pertencentes à região.² Esse questionário era semiestruturado, com questões abertas e fechadas, quantitativas e qualitativas, sendo o mesmo subdividido em quatro blocos de perguntas: (a) dados de identificação das experiências; (b) cadeias, produções e rendas; (c) comercialização e mercados; e (d) processo de administração das

¹ O Projeto de Pesquisa chamado de CAAF (Pellegrini; Gazolla, 2007) foi desenvolvido nos anos de 2006 e 2007 e financiado, pelo Edital Pró-Coredes, pela Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Já o projeto chamado de IPODE (Schneider, 2007) foi desenvolvido nos anos de 2008 e 2009 e até junho de 2010 e recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Edital Universal de 2007. Agradecem-se os recursos disponibilizados por essas duas agências de fomento.

² Por ocasião da pesquisa (2007), o Codemau possuía 30 municípios, nos quais foram levantados os dados. No ano de 2008, houve uma nova espacialização dos Coredes, e o Codemau ficou com apenas 24 municípios. Para ver a espacialização do Codemau, consultar: <www.fw.uri.br/codemau>.

iniciativas. Após a aplicação do mesmo, chegou-se a um número total de 106 unidades agroindustriais pesquisadas, formando o banco de dados da pesquisa CAAF, alguns dos quais são apresentados neste trabalho, especialmente os relativos às cadeias, à produção e às rendas.³

Já o Projeto de Pesquisa IPODE (Schneider, 2007), intitulado **Sementes e Brotos da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**, foi uma parceria interinstitucional entre várias universidades, instituições de pesquisa e pesquisadores do Sul e do Nordeste do País, visando à pesquisa quali-quantitativa na área do desenvolvimento rural e com ênfase nas seguintes temáticas envolvidas: turismo rural, agregação de valor (as agroindústrias familiares), agroecologia, construção social de mercados na agricultura familiar, gestão de águas e bioenergia; possuindo uma metodologia de comparação dos resultados entre as duas grandes regiões do Brasil.⁴

Os dados do projeto IPODE apresentados neste artigo referem-se somente à parte da pesquisa que visou estudar as agroindústrias familiares, desenvolvida em abril de 2009, na Região do Alto Uruguai-RS. Essa objetivou estudar mais aprofundadamente duas experiências de agroindustrialização: a Agroindústria Magalski (produtora de derivados de frutas e hortaliças) e a Agroindústria Vitalli (produtora de derivados de cana-de-açúcar). Para isso, aplicou-se um questionário-padrão, elaborado pelo projeto, junto às duas experiências, tentando captar aspectos relativos ao histórico das experiências, à sua trajetória de desenvolvimento, à produção de novidades e aos seus efeitos sobre a economia local. São esses dados e informações que se utilizam neste artigo.

Do ponto de vista da estrutura, o artigo está constituído por três partes, mais **Introdução** e **Considerações finais**. Na primeira, discute-se o referencial teórico em torno das abordagens utilizadas, a Perspectiva Orientada aos Atores e a ideia da produção de novidades. A segunda enfoca a história da produção de novidades nas iniciativas e os tipos de

³ Na pesquisa CAAF (Pellegrini; Gazolla, 2007), houve alguns questionários que foram aplicados junto a agroindústrias de mineração, de artesanato e de porongos. Entretanto a pesquisa visou investigar com mais ênfase as agroindústrias familiares das cadeias de alimentos.

⁴ O Projeto IPODE foi desenvolvido entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/PGDR, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Participaram ainda a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Universidade Estadual de Campina Grande (UECG) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Ao todo, foram envolvidos 44 pesquisadores das várias instituições e áreas do conhecimento científico. Para se ter uma ideia melhor de todo o projeto e de alguns resultados comparativos, consultar o site do mesmo no endereço: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/>>.

novas configurações sociotécnicas geradas. Na terceira, apresentam-se as principais cadeias, produtos e as rendas obtidas por essas experiências.

2 A Perspectiva Orientada aos Atores e a noção de produção de novidades (*novelty production*)

A POA é elaborada a partir dos trabalhos de Norman Long e complementada, em alguns aspectos e temas, pelos de Jan Douwe van der Ploeg. A POA propõe-se a ser uma abordagem “meso” dos processos sociais, econômicos e culturais, tentando romper com as perspectivas teóricas estruturalistas e com o individualismo metodológico, como foram as teorias marxista e neoclássica, respectivamente, por exemplo. Segundo Long e Ploeg (1994), ambos os modelos estão contaminados por visões deterministas, lineares e externalistas da mudança social.

O principal conceito da POA é o de agência, segundo o qual os atores sociais são “capazes” e “sabem” decidir, possuem iniciativas, estratégias e projetos de vida, mesmo frente a limitações socioeconômicas, políticas e ambientais. Através do conceito de agência, tem-se uma abordagem que coloca os atores sociais no centro das atenções e que os retira da passividade. Além disso, consegue-se analisar os seus repertórios culturais, os processos de mediação, as interfaces de relacionamento entre os atores diversos e as interações sociais e compreender os seus “projetos” e “mundos” de vida. Como Long (2006, p. 48; tradução livre nossa), usa-se a definição de agência a partir da elaboração de Giddens:

A noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção. Dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes, os atores sociais são “detentores de conhecimento” e “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas.

Contudo a noção de agência não tem nada a ver com a ideia de que o indivíduo sozinho pode realizar as mudanças sociais, filtrar as informações, intervir no ambiente em que se encontra ou mesmo criar e gerar processos inovativos (por exemplo, “produzir” novidades), pois a agência não se

assenta no individualismo metodológico, tal como outras teorias⁵. A noção de agência recoloca os atores sociais em permanente interação, em redes, em constantes contatos, em contextos de troca de conhecimentos (como, por exemplo, entre o conhecimento tácito dos agricultores e o científico de outros atores, como os extensionistas, pesquisadores, atores de desenvolvimento).

Também, em encontros com outros “mundos” e “projetos” de diferentes atores, o que os faz absorverem, mediar, transformarem, (re)construírem seu sistema cognitivo e desenvolverem interfaces com outros processos sociais, econômicos e culturais, que ajudam a moldar as suas percepções, motivações e “projetos” próprios de vida. Em resumo: uma pré-condição para que haja agência é que essa só se manifesta quando há interações, interfaces e transformações entre os “mundos”, os “projetos” e os repertórios culturais dos atores em arenas específicas e localizadas (Long, 2001)⁶.

O conceito de agência é articulado com as noções de conhecimento e poder, que são essenciais para a compreensão dos processos de desenvolvimento rural. As noções de poder e conhecimento são importantes para se entenderem os processos de interação social e de produção de novas configurações sociotécnicas. A POA entende que os atores possuem seus repertórios culturais, as suas relações sociais e seus projetos sempre permeados pelas relações de poder de outros atores, que nem sempre possuem as mesmas aspirações e visões de mundo, estabelecendo-se dissonâncias de entendimentos e projetos em disputa entre atores.

Já o conhecimento é entendido como construído, mediado e o resultado das interações sociais dos atores nos processos de desenvolvimento. Pela POA, o conhecimento nunca é transferido ou adquirido, ele é sempre construído e mediado pela situação social e pelo contexto em que os atores estão imersos. Também nunca existe um tipo somente de conhecimento válido, como, por exemplo, o científico. Existem vários tipos de conhecimentos que nunca são puros, mas um misto de vários tipos de conhecimentos, derivados de diversos atores sociais. Isso é importante, já que a noção de produção de novidades vai ressaltar a interação e a simbiose desses diversos tipos de conhecimentos na base do surgimento das novidades na agricultura.

A noção de produção de novidades surge em função de dois motivos principais. Primeiro, um insuficiente tratamento teórico dos dados pelas

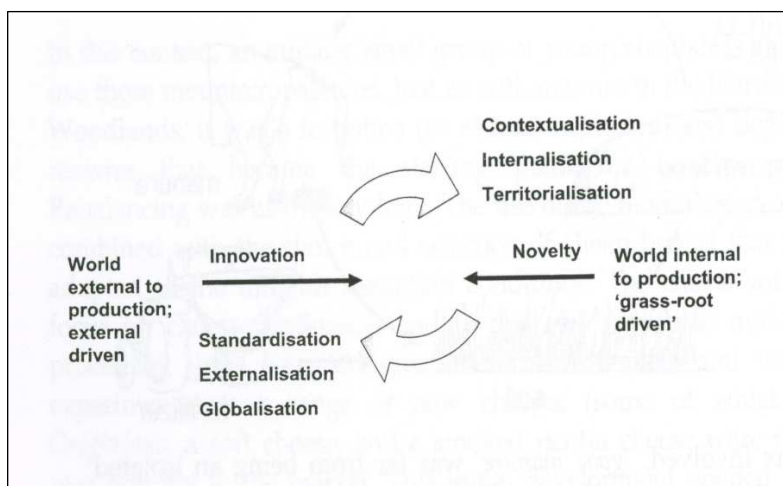
⁵ Como, por exemplo, a teoria econômica neoclássica.

⁶ Segundo Long (2006, p. 125), as arenas são definidas como situações sociais em que há concorrência entre e sobre assuntos, recursos, valores e representações. São sítios sociais e espaciais em que os atores se confrontam entre si, mobilizam relações sociais e se utilizam de meios culturais discursivos e outros meios para atingir fins específicos, incluindo, talvez, permanecer no jogo.

teorias econômicas e sociais a respeito da inovação e da tecnologia. Cita-se, como exemplo, o pouco avanço da teoria marxista, da teoria econômica neoclássica (a Teoria da Inovação Induzida) e de Schumpeter⁷. Entende-se, contudo, que as vertentes da economia evolucionária e neoschumpeterianas têm contribuído significativamente para a melhor teorização e compreensão desse campo de pesquisa.⁸ O segundo motivo foi o paradigma da modernização da agricultura que cultivou um “modelo” de inovações e de desenvolvimento tecnológico definido como externalista, padronizado, globalizado e linear (Figura 1), que trouxe várias consequências sociais, econômicas e culturais, sendo a principal a geração de uma desconexão da geração da tecnologia para com as práticas dos agricultores, os seus repertórios culturais e os agroecossistemas (Wiskerke; Ploeg, 2004; Roep; Wiskerke, 2004; Brunori et al., 2009; Knickel et al., 2008).

Figura 1

Principais diferenças entre as inovações e a produção de novidades



FONTE: OOSTENDIE, Henk; BROEKHUIZEN, Rudolf von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, Jan Douwe van der; MARSDEN, Terry (Ed.). **Unfolding webs**: the dynamics of regional rural development. Netherlands: Gorgum, 2008. p. 68-86.

⁷ É claro que as contribuições originais do autor foram fundamentais para o seu tempo e possibilitaram o atual levantamento de questões de investigação e o avanço teórico das demais correntes econômicas.

⁸ Para uma compreensão das diversas correntes teóricas na abordagem das inovações e da tecnologia, consultar a excelente obra organizada por Pelaez e Szmrecsányi (2006).

Já a noção de produção de novidades diferencia-se da ideia de inovação por três características centrais: ser contextualizada, internalizada e territorializada ao local (Figura 1). A contextualização refere-se à forma como os agricultores obtêm o conhecimento para gerar e construir as suas novidades. Esses se utilizam do conhecimento contextual, que é um conhecimento que resulta do contexto socioeconômico, cultural e institucional em que estão inseridos, sendo, na maioria das vezes, o resultado da “fusão de horizontes” entre o “mundo” dos agricultores (o chamado conhecimento tácito) com os outros “mundos” e “projetos” de outros atores sociais, como os pesquisadores, os extensionistas, as agências do Estado, os consumidores, os agentes de desenvolvimento, que lhes transmitem conhecimentos científicos e outros conhecimentos (Stuiver; Leeuwis; Ploeg, 2004; Stuiver, 2008).

A internalização das novidades é o processo pelo qual elas são criadas, na maioria das vezes, com recursos internos ao local ou até à unidade de produção agrícola — a chamada endogenidade das práticas. É, por exemplo, o que acontece na chamada agricultura econômica (como a agroecologia). Isso faz com que essas novidades sejam mais rentáveis e sustentáveis, pois elas conseguem, com rearranjos de recursos, uma fina sintonia nos fatores produtivos e uma remodelação das práticas dos agricultores, baixar os custos de produção e de transação da agricultura (Milone, 2009; Ventura; Milone, 2004; Oostendie; Broekhuizen, 2008).

Já a territorialização envolve a ideia de que as novidades nascem inseridas (*embeddedness*) em um espaço rural, num conjunto de relações sociais locais e de redes de atores. Nesse sentido, o processo de surgimento das novidades é localizado e dependente do tempo, dos ecossistemas locais e dos repertórios culturais em que o processo de trabalho na agricultura está enraizado. Além disso, as novidades são o resultado do processo de coprodução, que é a interação e a transformação do social e do natural e que se desenvolve no local ou no territorial (Wiskerke; Ploeg, 2004).

Outra diferença central nos conceitos de inovação e de novidades é a ideia de a primeira ser incremental⁹, e as segundas, radicais (Wiskerke; Ploeg, 2004). As novidades são definidas como “radicais”, pois realizam uma “quebra” e uma “desclassificação” em relação à gramática do regime e da paisagem sociotécnicos existentes na sociedade e no contexto

⁹ O caráter incremental das inovações seria devido a estas se constituírem por pequenas mudanças e ajustamentos no padrão de desenvolvimento tecnológico existente, sem levar a rompimentos, pois seu caráter incremental faz com que esses estejam “presos” a uma trajetória dada e definida de inovações, em que, constantemente, ocorre um aprofundamento da direção e das rotinas adotadas. O exemplo típico é o de um processo produtivo em que sempre se segue fazendo pequenas e constantes modificações tecnológicas, mas sem nunca transformá-lo por completo, fazendo algo totalmente novo.

institucional (Wiskerke; Ploeg, 2004; Oostendie; Broekhuizen, 2008). Por exemplo, um agricultor familiar que, anteriormente, plantava grãos e *commodities* agrícolas e que, agora, se reproduz com base em uma agroindústria familiar é um bom exemplo da produção de uma novidade radical, pois houve um rompimento com as rotinas, regras, práticas e com o contexto anteriormente instituído.

Segundo Wiskerke e Ploeg (2004) e Oostendie e Broekhuizen (2008), as novidades também são diferentes das inovações por essas segundas serem compreendidas quase estritamente como tecnológicas. As novidades, além dessas características já descritas, são mais amplas do ponto de vista da sua compreensão e da existência empírica. As novidades podem ser também novas configurações tecnológicas, mas também de outros tipos, como organizacionais, uma nova rede social, novos mercados, novos processos e/ou produtos, novos insumos, um novo conhecimento, dentre outros tipos. Desse modo, elas ocorrem de diferentes formas no meio rural e possuem efeitos multidimensionais empiricamente.

Na próxima seção, discutem-se, brevemente, os aspectos históricos de como surgiram as experiências investigadas e como ocorreu o seu processo de desenvolvimento. Também se mostram como as novidades são produzidas e os principais tipos de novidades que foram encontradas durante o processo de investigação.

3 Como surgem essas experiências e o seu papel na produção de novidades

Geograficamente, a Região do Médio Alto Uruguai situa-se na porção do extremo norte gaúcho. Historicamente, possui predominância de pequenos agricultores, que foram assentados por processos de colonização públicos e privados, no início do século XX, constituindo a agricultura familiar de hoje, a forma social de produção e trabalho predominante regionalmente. Essa região possui uma população total de 193.402 habitantes, dos quais 102.168 vivem na área rural, o que corresponde a 52,83% do total. Possui 26.429 agricultores familiares, 109 famílias assentadas e seis terras indígenas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é 0,76 (CODETER, 2010).

O desenvolvimento dessa agricultura passou por várias fases diferentes. Fazendo-se uma breve periodização, pode-se dizer que há três fases: (a) uma de colonização, desbravamento das matas e constituição das primeiras atividades agropecuárias desenvolvidas quase exclusivamente visando ao autoconsumo das famílias; (b) uma segunda, que compreende a maior integração aos mercados e o início do processo de especialização

produtiva, que engloba o período de 1935 a 1960; e (c) a última, no período de 1960 ao início dos anos 90, caracterizada pela intensa mercantilização da agricultura e seu contínuo empobrecimento econômico e social (Conterato; Gazolla; Schneider, 2007).

Desse modo, a agricultura familiar é extremamente relevante no local e ocupa 93,04% dos estabelecimentos agropecuários. Contudo ela se fragilizou historicamente, por estar inserida em cadeias de produção de grãos e *commodities* agrícolas (milho, soja, trigo) e integração agroindustrial (fumo, aves, suínos) com grandes empresas de alimentos. Nos anos 90, ela começou a buscar alternativas de desenvolvimento, como a fruticultura, a produção de leite, a diversificação produtiva com pequenos produtos, e iniciou as atividades de agregação de valor em pequena escala. Tanto é assim, que, na pesquisa CAAF, foram encontradas 106 iniciativas de agroindustrialização em 30 municípios da região.

Contudo essas experiências não existem somente nesse local do Estado, pois, quando se analisa a relevância dessas em nível do Rio Grande do Sul, nota-se que elas também são importantes economicamente, pois perfazem um valor da produção considerável, que se expressa nos mercados em que esses produtos agroindustriais são comercializados. Segundo o IBGE (2010), a agroindústria rural¹⁰, no RS, possui um valor total da produção de R\$ 231.391.480,00 (Tabela 1). Esse valor se distribui de forma diferenciada entre os mercados acessados e a parte da produção que não foi vendida pelos agricultores, que compõe a parcela principal do autoconsumo do grupo doméstico.

Essa produção que as famílias “não venderam” compõe-se de quase a metade de tudo que é processado pela agroindústria rural (49,95%), sendo uma parcela relevante que não chega aos mercados, mas é utilizada na alimentação dos próprios membros das famílias. Em segundo lugar, aparece a venda direta aos consumidores, com 23,31% dos mercados, conhecidos pela literatura como de proximidade ou cadeias curtas. A venda da produção para intermediários constitui 18,20% da produção e, para a indústria, 6,92%. As estratégias de acesso aos mercados por meio de cooperativas, exportação e mercados institucionais são pouco existentes ou nulas.

As agroindústrias familiares, nessa região, possuem como marco de surgimento dois processos sociais distintos. Por um lado, a modernização da agricultura e o conseqüente *squeeze* a que se refere Ploeg (2006; 2008).

¹⁰ Segundo o IBGE (2010, p. 29), a agroindústria rural é a atividade de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que é realizada em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto seja dada pelo produtor. Ver as **Notas Técnicas do Censo Agropecuário de 2006** (IBGE, 2010) para um melhor entendimento do conceito utilizado.

Esse processo modificou as bases técnica e produtiva da região, inserindo a agricultura familiar em relações mercantilizadas, que a levaram a uma crescente fragilização social e econômica, sem mencionar os problemas ambientais.¹¹ De outro lado, estão as pequenas atividades diversificadas de produção para o autoconsumo familiar e os conhecimentos dos agricultores, que foram as bases de início dessas iniciativas. Por exemplo, o autoconsumo perfaz em torno de R\$ 3.000,00 por família e corresponde a 14,85% da produção das unidades (Gazolla, 2004). Em algumas famílias investigadas, a produção desses alimentos para consumo próprio é uma tradição de mais de 30 anos, e, inclusive, eventualmente, exercia-se a venda de alguns desses produtos *in natura* nos espaços urbanos, como forma de manutenção familiar.

Tabela 1

Valor da produção da agroindústria rural, por mercados acessados, no Rio Grande do Sul — 2006

DESTINO DA PRODUÇÃO VENDIDA OU ENTREGUE A TERCEIROS	VALOR DA PRODUÇÃO EM R\$ 1 000	VALOR DA PRODUÇÃO EM %
Vendida ou entregue a cooperativas	2 905,91	1,26
Vendida diretamente para indústrias	16 006,78	6,92
Entregue à empresa integradora	603,14	0,26
Vendida diretamente a intermediários	42 107,06	18,20
Vendida, entregue ou doada ao Governo (federal, estadual ou municipal)	255,26	0,11
Vendida diretamente ao consumidor	53 935,80	23,31
Exportada	0,05	0,00
Não vendida	115 577,49	49,95
TOTAL	231 391,48	100,00

FONTE: IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2010.

É a partir da venda de muitos produtos que eram consumidos pela família que o grupo familiar inovou, no sentido de construir a novidade inicial: a agregação de valor aos produtos e alimentos que antes nenhum valor possuíam nos mercados tradicionais, como o trecho da entrevista demonstra.

¹¹ Do ponto de vista da sua existência, a maior parte das agroindústrias tem menos de 10 anos de vida, sendo iniciativas relativamente recentes, devido, principalmente, à reação dos agricultores (Scott, 2002) frente à crise do padrão agrícola de desenvolvimento, à busca de diversificação econômica e produtiva e a programas governamentais e políticas públicas existentes na área de agroindustrialização. A agroindustrialização também é uma escolha consciente e clara dos próprios agricultores familiares, como uma nova estratégia de reprodução social e econômica, como foi a modernização da sua base técnica, para muitos desses atores, como estratégia anterior de desenvolvimento.

Há uns trinta e poucos anos, eu já levava nos mercados alguma coisa, por exemplo, batata-doce, moranga, cenoura, isso aí nos plantava e levava. Então, a gente já tinha um pouquinho de noção das coisas. Era uma época bastante difícil, batata-doce, abóbora, era bastante volume, mas pouco dinheiro (Entrevista 2, Pesquisa de Campo Projeto IPODE, abr. 2009).

Uma das principais características que marca o nascimento das experiências de agroindustrialização é o conhecimento tácito e contextual dos agricultores aplicado aos produtos elaborados. A agroindústria familiar inicia-se como uma prática experimental e alicerçada no conhecimento histórico dos agricultores, que vão melhorando as suas maneiras de fazer e de produzir, ajustando e culminando com a agroindústria familiar — uma novidade criada pelas famílias no intuito de solucionar os seus problemas diários e corriqueiros, como a falta de alternativas produtivas e econômicas, o *squeeze* da unidade, as baixas rendas agrícolas, a migração dos filhos, dentre outros problemas. Por exemplo, nessas iniciativas, 61,32% das agroindústrias surgiram da experiência histórica das famílias e devido ao interesse dos proprietários dos estabelecimentos rurais, demonstrando o papel do conhecimento tácito dos agricultores como propulsor do surgimento da atividade (Pellegrini; Gazolla, 2008).

Em termos de geração das novidades, essas unidades agroindustriais constituem novas práticas de desenvolvimento rural, ao agregarem maior valor à sua produção agropecuária, através dos processos de transformação dos produtos e alimentos, sendo essa a principal novidade desse tipo de experiência. Posteriormente, essas iniciativas produzem outras novidades ou o que Oostendie e Broekhuizen (2008) chamam de teia de novidades (*webs*), que podem ser resumidas em novidades de novos(as): (a) mercados; (b) organizações sociais; (c) produtos e processos; (d) tecnologias. De certa forma, essas novidades são multidimensionais, pois elas evoluem em direções diferentes, a partir de um mesmo ponto de partida inicial — a agregação de valor.

Contudo vale ressaltar que nem todas as experiências pesquisadas de agregação de valor aos alimentos são unidades com potencial para a produção de novidades, pois muitas delas trabalham de forma tradicional, colocando, nos mercados, produtos indiferenciados e sem especificidades locais, da agricultura familiar ou artesanais. Ou mesmo, utilizam-se de tecnologias, insumos e práticas sociotécnicas que não representam qualquer tipo de inovação. Não são todas as experiências desse tipo que produzem novidades, já que esses tipos de novas configurações tecnoprodutivas ocorrem em iniciativas em que há certas especificidades de conhecimentos, recursos, contexto, práticas, dentre outros aspectos necessários ao seu surgimento.

Nas iniciativas investigadas, as novidades de mercados referem-se a os agricultores deixarem de acessar os mercados de grãos e *commodities* agrícolas regionais, como sempre fizeram, e passarem a construir os mercados para os produtos agroindustriais. Além disso, esses mercados se caracterizam por serem de proximidade, de confiança nas transações, de cadeias curtas (Renting; Marsden; Banks, 2003) e de interação face a face com os compradores e consumidores (Wilkinson, 2008). Por exemplo, 43,4% das unidades vendem a sua produção diretamente para os consumidores, com base em relações sociais construídas historicamente. Essas iniciativas também geram novidades, ao construírem mercados diversificados: vendem para os supermercados (21,7%), para intermediários (18,7%), na própria propriedade rural (7,5%), para programas governamentais (4,7%) e também nas ruas e estradas, em feiras e eventos, diversificando os mercados e fracionando a produção, numa estratégia de garantir a sua autonomia relativa frente a esses.

As experiências de agregação de valor também geram novidades organizacionais, que são as organizações dos próprios agricultores que foram geradas com o trânsito histórico dos processos de agroindustrialização, muitas em nível territorial¹², como: a criação de associações de agroindústrias (Associação das Agroindústrias Agroecológicas de Cana do Vale do Rio Uruguai (Aecovale), Associação dos Trabalhadores de Seberi (ATS)); de cooperativas territoriais de agroindústrias e da agricultura familiar (Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Constantina (Coopac), Cooperativa Regional Palmeirense (Coorpal), Cooperativa de Jaboticaba (Cooperjab), Cooperativa Regional das Agroindústrias (Cooperac)).

Têm-se ainda: a Cooperativa de Crédito Novos Horizontes (Crenhor), a Cooperativa de Crédito Solidário (Cresol), a Cooperativa dos Produtores de Vinho (Coopervinho), a Cooperativa de Agricultores de Caiçara (Cooperçara), a Cooperativa dos Agricultores Orgânicos (Cooperbiorga), a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Frederico Westphalen (Coopruff), centrais de comercialização (a Rede de Comércio Solidário (Recosol) e a Cooperativa da Agricultura Camponesa (Corac) e 13 quiosques, à beira das estradas e BRs, para a venda dos seus produtos e de feiras dos agricultores (por exemplo, a Feira do Produtor de Frederico Westphalen).

Como forma de produção de novidades, tem-se também a invenção de novos produtos e processos. Encontraram-se, na pesquisa, novidades na formulação e na apresentação de alguns produtos e alimentos, como, por exemplo, na conserva de pepinos com enfeites e geléia com pedaços de

¹² Nem todas as organizações citadas são frutos diretos da ação dos agricultores donos de unidades agroindustriais, mas, em todas as experiências de criação de organizações, há a participação das agroindústrias, algumas de uma forma mais direta e outras indiretamente.

fruta *in natura*, o que lhe confere um caráter de produto “natural”; também na formulação da rapadura, na proporção de amendoim e açúcar, em que os agricultores foram ajustando as proporções até chegarem ao ótimo desejado pelos consumidores (45% de amendoim e 55% de açúcar); no desenvolvimento de novos produtos, como a chamada “paçoquinha” de amendoim, que surgiu como novidade, devido aos pedidos de pessoas idosas e crianças, que não conseguiam consumir a rapadura tradicional, com o amendoim inteiro e mais dura. Nesse produto, o amendoim é ralado, e o produto fica com aspecto mais mole. Há ainda produtos com processos produtivos em que o seu aspecto é de um novo *design*, como frutas e conservas com desenho de animais, pessoas, estrelas, numa clara estratégia de *marketing*, de chamar a atenção do consumidor. Podem-se destacar ainda os produtos ecológicos ou naturais, como a geléias de frutas, os doces em pasta, os sucos, conservas, que são fabricados sem aditivos químicos e a partir de matérias-primas produzidas agroecologicamente.¹³

Também se identificaram novidades tecnológicas, e pode-se citar o caso de uma agroindústria de derivados de cana-de-açúcar — a Agroindústria Prevedello — (melado, aguardente de cana-de-açúcar, rapaduras e açúcar) no Município de Caiçara, na qual todas as máquinas, equipamentos e utensílios para o processamento foram projetados e desenvolvidos pelo agricultor com a ajuda de um ferreiro, um carpinteiro e a Emater local. No caso da fabricação de derivados de cana-de-açúcar, a regra é a importação de máquinas e equipamentos do Estado de São Paulo, que, devido às condições de produção daquela região (grandes usinas), são de tamanho não adequado e superdimensionados para a escala de produção de uma agroindústria do tipo familiar. Nessa situação, a alternativa foi o desenvolvimento de grande parte das máquinas, equipamentos e pequenos utensílios usados, o que demonstra a capacidade de invenção dos agricultores, associando-se aos conhecimentos de outros atores locais.

Nessa experiência especificamente, esses atores sociais criaram, por exemplo, uma moenda de cana-de-açúcar (engenho) artesanal que consegue extrair até 90% do caldo da cana-de-açúcar, considerada mais eficiente do que muitas disponíveis no mercado, pois, segundo informações desses atores envolvidos na experiência, os engenhos disponíveis chegavam a um máximo de 70% de extração do caldo. Também inventaram outros equipamentos, como tachos artesanais soldados manualmente, torres de destilação construídas na ferraria do município, dutos de descida do caldo do engenho aos tachos e torres de destilação por gravidade, dentre outros pequenos utensílios e artefatos. Esses inventos, que podem

¹³ Há muitos outros exemplos empíricos de novidades em produtos e processos produtivos, mas, devido ao espaço, citam-se apenas alguns como forma de ilustração dos argumentos.

ser considerados novidades técnicas, foram importantes na economia de custos e na viabilização da atividade e basearam-se nos conhecimentos locais desses atores.

Outro aspecto-chave é o de que os agricultores não geram novidades sozinhos, pois possuem relações com outros atores locais (Long, 2001; 2006) e com o contexto institucional, em que apreendem coletivamente e desenvolvem os conhecimentos contextuais necessários. Nesse sentido, nas pesquisas, aparecem vários atores e instituições responsáveis pelos processos de agroindustrialização e construção das novidades junto à trajetória histórica de desenvolvimento dessas experiências, sendo as principais: o Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF); a Emater dos municípios; as prefeituras municipais; políticas públicas, como o Programa de Agroindústria Familiar (PAF) do Governo do RS, o Pronaf — linha de crédito e investimento para as agroindústrias familiares —, o Programa Territórios Rurais¹⁴; em alguns casos, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs); e universidades, dentre outros atores, instituições e políticas. Todos deram contribuições nos processos de geração e, principalmente, de consolidação das novidades descritas nessas unidades agroindustriais.

Outra característica de algumas dessas experiências é que elas são informais perante instituições como o Estado e a legislação alimentar (no caso das agroindústrias, verificou-se que 72,64% das unidades pesquisadas não estavam legalizadas do ponto de vista sanitário). Ou seja, elas são iniciativas às margens do regime sociotécnico vigente na agricultura. Isso confere às iniciativas certo grau de insegurança em relação ao futuro, apesar dos êxitos que já alcançaram. Isso pode ser inscrito como uma característica das novidades, pois, como elas emergem em nichos e às margens do sistema sociotécnico predominante, podem tanto prosperar e se disseminar, quanto serem prematuramente abortadas.

Na próxima seção, discutem-se as principais cadeias produtivas com importância para essas experiências de agroindustrialização, bem como os seus produtos e as rendas brutas e líquidas geradas com a colocação desses produtos nos diferentes mercados.

4 Cadeias, produções e rendas geradas com as atividades de agregação de valor

A análise de cada cadeia produtiva a que pertencem as unidades agroindustriais permite constatar em que produtos a agroindústria está

¹⁴ Atualmente, denominado Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal. Esse programa reúne as ações de 18 ministérios, atuando tanto no rural como nos espaços urbanos e em locais em que as populações são mais vulneráveis socioeconomicamente.

desenvolvendo-se no Médio Alto Uruguai. Pela Tabela 2, verifica-se que 74,55% das agroindústrias em estudo pertencem à cadeia da produção vegetal, sendo que, dessas, as que possuem maior ocorrência são as de cana-de-açúcar e derivados, com 46,23% da cadeia. As frutas e derivados ficam com o segundo lugar, com 11,32%, e, com outros percentuais menores, figuram as cadeias das hortaliças, dos cereais, da mandioca e derivados, das plantas medicinais e do porongo. Isso vai de encontro aos outros estudos já realizados no território, que já haviam apontado a grande relevância que possui a produção vegetal (Gazolla, 2004; Conterato, 2004; Conterato; Gazolla; Schneider, 2007).

Tabela 2

Número de agroindústrias, por tipos de cadeias de agregação de valor da produção familiar, no Médio Alto Uruguai — 2005

CADEIAS DAS AGROINDÚSTRIAS	NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS	COMPOSIÇÃO %
Cana-de-açúcar e derivados	49	46,23
Frutas e derivados	12	11,32
Panificação e produtos de confeitaria	9	8,49
Leite e derivados	7	6,60
Carnes e derivados	6	5,66
Hortaliças e derivados	5	4,72
Outras cadeias	18	16,98
Subtotal	106	100
Outras cadeias		
Porongo	7	6,60
Mel e derivados	3	2,83
Cereais	2	1,90
Mandioca e derivados	2	1,89
Plantas medicinais	2	1,89
Extração de pedras	1	0,94
Sabão	1	0,94
Subtotal	18	16,98

FONTE: PELLEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai** (CAAF, 2006): relatório final de pesquisa. Frederico Westphalen, 2007. Pesquisa CAAF (2006).

Ressalta-se a pouca participação da cadeia da carne e derivados, com apenas 5,66%, o que pode ser atribuído à maior dificuldade de legalização sanitária desses tipos de unidades, se comparadas com as das outras cadeias. A cadeia da carne, principalmente suína e de aves, também é dominada pelas grandes empresas de alimentos, os impérios alimentares, como definiu Ploeg (2008). Dessa forma, as agroindústrias geralmente são operadas na informalidade, o que acaba gerando problemas na

comercialização desses produtos. É notável, ainda, a presença das cadeias de fora da área alimentar, como a de extração de pedras (0,94%)¹⁵ e a de produção de sabão (0,94%).

A Pesquisa CAAF também levantou os dados dos produtos processados e produzidos pelas 106 iniciativas. A primeira coisa que chama atenção é a grande gama de produtos que são produzidos e processados nas unidades agroindustriais. Foram encontrados 75 produtos diferentes, que são produzidos *in natura* e processados pela agroindústria familiar. Isso demonstra que essas iniciativas, além de serem produtoras de novidades de diversos tipos, são também uma forma de diversificação da produção, que é um dos princípios da lógica de funcionamento dessas unidades (Ellis, 2000). Alguns desses produtos, como referiram Wiskerke e Ploeg (2004), podem ser considerados novidades, pois, entre eles, se têm produtos diferenciados, agroecológicos, sem conservantes químicos, com novos processos de produção, com novos *designs*, com o uso de insumos alternativos, dentre outros aspectos criativos desenvolvidos pelas famílias.

Os produtos mais produzidos e processados nas unidades agroindustriais são os de origem vegetal, conforme já discutido anteriormente, quando se analisaram as cadeias alimentares. Desses, a conserva de pepino está em primeiro lugar no processamento, com 555.000kg. Em seguida, aparecem as cuias de porongos comercializadas como artesanato, enfeites e lembranças do RS, como cuias de chimarrão mesmo, com 480.000 unidades produzidas, contudo essa cadeia é de um produto não alimentar e que pertence praticamente a dois municípios (Iraí e Vicente Dutra), não possuindo abrangência regional.

Ainda dentro da cadeia vegetal, possuem importância os derivados da cana-de-açúcar. A cachaça é o principal derivado, com 440.260 litros, demonstrando a sua relevância na reprodução social das agroindústrias. Ainda da cana-de-açúcar, têm-se o açúcar mascavo, com 142.820kg, e o melado, com 34.400kg. Também com importância aparece a fabricação de pães. O pão do tipo “cacetinho” (pão francês) é o mais processado, com 290.000 unidades. Igualmente, os demais tipos de pães são relevantes, como o pão para cachorro quente, com 73.200 unidades, e o pão para lanche, com 24.000 unidades. Têm-se outros tipos, como o pão caseiro, o de milho, o pão fatiado e o chamado pão de ló. Ainda na cadeia de panificação, produtos de confeitaria e doces, têm-se as bolachas, com 41.000 unidades, e as cucas, com 24.380 unidades.

Possuem também importância na cadeia vegetal a produção de uvas (120.000kg), o seu processamento e a conseqüente produção de vinhos (39.600 litros), com os chamados “vinhos coloniais” principalmente. O setor

¹⁵ Essa cadeia se localiza principalmente no Município de Ametista do Sul, que possui a sua economia centrada na extração da pedra ametista e nos garimpos existentes.

de produção e processamento de uvas e vinhos é um dos que mais têm-se desenvolvido nessa região e tem sido definido como uma estratégia importante de desenvolvimento rural e potencial de investimentos pelas instituições e organizações locais. Segundo o **Jornal O Alto Uruguai** (2004, p. 12), o setor de fruticultura terá ampliação de 20% sobre os 4,2 mil hectares existentes. O objetivo é o de expandir a área plantada em mais 800 hectares das diversas frutíferas, injetando quase R\$ 6 milhões na economia dos municípios. Dos municípios do Médio Alto Uruguai, em torno de 20 escolheram a fruticultura como uma atividade prioritária para a diversificação da economia rural nos seus planejamentos municipais de desenvolvimento.

Como produtos derivados de animais produzidos e processados pelas unidades agroindustriais, tem-se dois: o salame colonial, com 60.500kg, e os queijos, com 20.165kg. Como produtos ainda relevantes, citam-se as ervas medicinais, os chás, alguns tipos de condimentos, de produtos de confeitaria, algumas frutas e hortaliças, o mel, dentre outros. Os demais produtos produzidos e processados pelas agroindústrias são menos representativos, em relação aos aqui comentados.

Outros indicadores do desenvolvimento econômico dessas unidades é a medida das suas rendas bruta e líquida, conforme a Tabela 3, que apresenta a renda bruta anual¹⁶. Observa-se que a grande maioria das unidades agroindustriais possui rendas de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00, num percentual de 41,5% das agroindústrias. Outras 20,8% das agroindústrias possuem renda bruta anual de R\$ 15.000,00 a R\$ 30.000,00; e outros 17% das unidades, renda menor do que R\$ 5.000,00, sendo agroindústrias pequenas, com pouca escala de produção e trabalhando, ainda, o processamento de alimentos de forma artesanal. Somando-se as agroindústrias que obtêm até R\$ 30.000,00 por ano de renda bruta, tem-se que a sua grande maioria, ou seja, 79,3% das unidades pesquisadas, fica até essa faixa de renda bruta anual. Essa renda é considerada alta,

¹⁶ Segundo Hofmann *et al.* (1987), a renda bruta de uma unidade de produção é aquela renda obtida da venda da produção de produtos animais e vegetais, por um determinado preço, em um período de um ano agrícola. É a renda obtida somente da produção oriunda da agricultura estrito senso. Já a renda líquida é o resultado da subtração de todos os custos produtivos da unidade de produção durante o ano agrícola da renda bruta que essa obteve. É a renda resultante depois de descontadas as despesas de produção (o custo total de produção). Ressalta-se que os dados da pesquisa e comparações aqui realizadas remontam ao período de janeiro a dezembro de 2005, data-base da pesquisa CAAF. Também se ressalta que a renda aqui analisada na pesquisa é uma “renda declarada” pelos donos das agroindústrias e não uma “renda calculada” através de planilhas de cálculo eletrônicas ou do levantamento apurado da renda das agroindústrias através do cálculo de cada quantidade de produto vendido e o seu preço. A renda declarada é somente da atividade agroindustrial, não estando incluídas as demais rendas existentes na propriedade.

reafirmando que, do ponto de vista econômico, a agroindustrialização da produção primária da agricultura familiar é uma alternativa viável e sustentável para as famílias rurais.

Em nível de comparação, por exemplo, se uma agroindústria obtiver uma renda bruta anual de R\$ 20.000,00, sabendo-se que a média de membros que trabalham na agricultura familiar regional é de quatro membros, segundo pesquisas já realizadas no local (Anjos; Schneider, 2003)¹⁷, e sabendo-se também que o valor do salário mínimo por ocasião da pesquisa era de R\$ 300,00, tem-se que essa família obtém, por ano, 66,66 salários mínimos. Ou seja, cada membro obteria 16,66 salários mínimos por ano, que equivaleriam a uma renda de R\$ 5.000,00, que é considerada uma boa renda, se levadas em conta as condições de reprodução social da maioria das unidades de produção familiares, que se caracterizam por uma fragilidade social e econômica acentuada.

Tabela 3

Extratos de renda bruta anual das agroindústrias familiares
no Médio Alto Uruguai — 2005

EXTRATOS DE RENDA BRUTA FAMILIAR ANUAL	NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS	COMPOSIÇÃO %
Menos de R\$ 5 000,00	18	17,0
De R\$ 5 000,00 a R\$ 15 000,00	44	41,5
De R\$ 15 000,00 a R\$ 30 000,00	22	20,8
De R\$ 30 000,00 a R\$ 50 000,00	10	9,4
Mais de R\$ 50 000,00	12	11,3
TOTAL	106	100

FONTE: PELLEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai** (CAAF, 2006): relatório final de pesquisa. Frederico Westphalen, 2007. Pesquisa CAAF (2006).

Ainda segundo a Tabela 3, há um percentual de 9,4% de agroindústrias que possuem renda bruta anual de R\$ 30.000,00 a 50.000,00 e outros 11,3% de unidades que obtêm mais de R\$ 50.000,00 por ano. Essas experiências possuem uma renda bruta anual que pode ser considerada alta do ponto de vista das condições em que ocorre a reprodução social da agricultura familiar local, estando em uma situação financeira muito confortável sob a ótica econômica. Por exemplo, se uma unidade possuir uma renda bruta anual de R\$ 50.000,00 por ano, estava recebendo em

¹⁷ Utilizam-se dados da pesquisa **Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no RS** (AFDLP), de 2003, para fins de comparação, pois essa pesquisa foi realizada, aproximadamente, nos mesmos municípios de obtenção dos dados da Pesquisa CAAF (Pelegriini; Gazolla, 2007), apenas com uma pequena defasagem temporal de três anos entre as duas.

torno de 166,66 salários mínimos por ano, por ocasião da pesquisa, ou seja, R\$ 12.500,00 por membro da unidade, sendo considerada, em média, a existência de quatro pessoas/família/unidade agroindustrial.

Já na Tabela 4, têm-se as rendas líquidas das agroindústrias em relação ao percentual da renda bruta das unidades. Pode-se verificar que 24,53% das agroindústrias possuem uma renda líquida que é igual a 50% da renda bruta, ou seja, essas unidades possuem uma renda líquida que é igual à metade da renda bruta. Outras 17,92% das unidades possuem renda líquida que chega a 30% da renda bruta obtida. E outros 16% das experiências pesquisadas obtiveram uma renda líquida que é igual a 20% da renda bruta.

Tabela 4

Número de agroindústrias familiares e seus percentuais de renda líquida em relação à renda bruta, no Médio Alto Uruguai — 2005

PERCENTUAL DE RENDA LÍQUIDA DAS AGROINDÚSTRIAS EM RELAÇÃO À RENDA BRUTA	NÚMERO DE AGROINDÚSTRIAS	COMPOSIÇÃO %
10	3	2,83
12	1	0,94
15	3	2,83
20	17	16,04
25	13	2,83
30	19	17,92
35	3	2,83
40	11	10,38
50	26	24,53
55	1	0,94
60	7	6,60
65	1	0,94
70	5	4,72
75	1	0,94
80	2	1,89
85	1	0,94
90	1	0,94
95	1	0,94
TOTAL	106	100

FORNTE: PELLEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai** (CAAF, 2006): relatório final de pesquisa. Frederico Westphalen, 2007. Pesquisa CAAF (2006).

São poucas as iniciativas que possuem rendas líquidas altas, ou seja, acima de 50% da renda bruta obtida.¹⁸ Apenas 6,60% delas auferem uma renda líquida que é igual a 60% da renda bruta obtida, e outras 4,72% têm uma renda líquida igual a 70% da renda bruta obtida no ano. Resumindo, 81,13% das agroindústrias possuem uma renda líquida que pode chegar até a 50% da renda bruta obtida. Por outro lado, acima de 50% da renda bruta obtida está um percentual de 18,87% de renda líquida que as unidades podem chegar a alcançar.

Do ponto de vista da rentabilidade, a grande maioria das unidades familiares está em uma situação financeira confortável, pois estão conseguindo alcançar rendimentos altos (81,13% possuem renda líquida que pode chegar a até 50% da renda bruta), após serem descontados os principais custos de produção, o que demonstra que a produção e o processamento de alimentos e produtos ligados à agricultura familiar são uma forma rentável de reprodução social das famílias¹⁹.

5 Considerações finais

O trabalho procurou mostrar que os agricultores familiares do Norte gaúcho, frente aos problemas de reprodução social e econômica, buscam novas alternativas de desenvolvimento rural. Dentre elas, a agroindústria familiar tem sido construída por muitos como uma novidade radical, que busca “fugir” dos entraves trazidos pelos processos modernizantes e produtivistas da atualidade. Essa atividade “nasce” dentro das propriedades dos agricultores, possuindo como base a diversidade produtiva e os seus próprios conhecimentos tácitos de produção, elaboração e processamento de alimentos. Com o amadurecimento das experiências, essas ganham os mercados, principalmente os locais, e passam a interagir com outros atores sociais e instituições e também criam novas organizações, como cooperativas, associações e grupos de agricultores.

Nesse processo, os agricultores produzem vários tipos de novas configurações sociotécnicas, que foram entendidas a partir da noção de

¹⁸ No caso das agroindústrias familiares, a renda líquida é aquela obtida depois de descontados custos fixos e variáveis de produção. Como principais custos fixos, têm-se: a depreciação do prédio da agroindústria, a depreciação de máquinas e equipamentos, o pagamento de seguros e impostos, de financiamentos de investimento e de empregados permanentes (quando existirem), etc. Já os principais itens de custos variáveis são: a compra de matéria-prima, os aditivos alimentares, embalagens, força de trabalho contratada (quando há), água, luz elétrica, financiamentos de custeio, etc.

¹⁹ Um estudo local do MDA (2007) mostra que, enquanto uma cultura tradicional, como o milho, a soja, o trigo, pode chegar a gerar, no máximo, R\$ 400,00 por hectare, as agroindústrias familiares de frutas e de cana-de-açúcar podem chegar até R\$ 4.000,00 por hectare em termos de rendimentos.

produção de novidades. A produção de novidades desenvolvida pelos agricultores são a construção e o acesso a novos mercados, a criação e o desenvolvimento de novos produtos e/ou processos produtivos, a formação e a consolidação de novas organizações locais, e eles desenvolvem novos pequenos inventos tecnológicos, como máquinas, equipamentos e utensílios utilizados nos processos de agroindustrialização. Contudo uma questão é central no desenvolvimento dessas novidades: os agricultores nunca as fazem sozinhos. Esses sempre buscam novos conhecimentos contextuais e outros tipos de conhecimentos com outros atores sociais e com as instituições locais com os quais eles se relacionam e desenvolvem diversos tipos de interações. Com esses novos saberes, eles conseguem ir transformando as suas práticas, os seus processos de trabalho, as suas rotinas, os seus recursos, melhorando-os e consolidando as suas iniciativas de agregação de valor.

O estudo também demonstra que os processos de agroindustrialização familiar da produção são históricos e possuem uma concentração em torno de cadeias e produtos de origem vegetal na região, devido à trajetória institucionalizada nas últimas quatro décadas de desenvolvimento agrícola e pela predominância de grandes empresas integradoras na área de produção de alimentos de origem animal. Do ponto de vista produtivo e econômico, essas unidades são uma alternativa de geração de renda para as famílias e cidades rurais (Abramovay, 2003), pois conseguem gerar um maior valor agregado à produção e, assim, colocar, nos mercados, produtos mais rentáveis, o que se reflete em maiores ganhos em rendas brutas e líquidas para as famílias envolvidas na atividade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Estudos rurais).

AGNE, Chaiane Leal. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na Região do Corede Jacuí, Centro/RS**. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ANJOS, Flávio Sacco dos; SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade (AFDLP)**. Pelotas-RS: relatório final, 2003. (Projeto de pesquisa CNPq).

BRUNORI, Gianluca et al. **Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies**. (Projeto Insight, 2009).

CARVALHEIRO, Elisandra Mara; WAQUIL, Paulo Dabdab. A participação da agroindústria familiar rural de Palotina (PR) na construção social de mercados. In: CONGRESSO SOBER, 47., Porto Alegre. 2009.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI — CODETER. Disponível em: <www.fw.uri.br/territorio>. Acesso em: mar. 2010.

CONTERATO, Marcelo. A. **A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras.** Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

CONTERATO, Marcelo; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, Phillipe, J.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. (Estudos rurais). p. 13-54.

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford Univ., 2000.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio. Instituições e economia dos custos de transação: aplicação de alguns elementos para a análise dos pequenos empreendimentos agroindustriais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, UNISC. v. 14, n. 3, p. 164-185, set./dez. 2009.

GUIMARÃES, Gisele Martins. **A legislação industrial e sanitária dos produtos de origem animal: o caso das agroindústrias de pequeno porte.** Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Extensão e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2001.

HOFMANN, Rodolfo et al. **A administração da empresa agrícola.** 7. ed. São Paulo : Pioneira, 1987. (Economia; Estudos agrícolas).

IBGE. **Censo agropecuário de 2006.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2010.

JORNAL O ALTO URUGUAI. **Médio Alto Uruguai lidera expansão da fruticultura no estado.** 1º de maio, 2004.

KNICKEL, Karlheinz et al. **Towards a better conceptual framework for innovation processes in agriculture and rural development:** from linear models to systemic approaches. In: Clermont-Ferrand: France, 8 th European IFSA Symposium, 6., 10 July 2008.

LONG, Norman. **Development sociology:** actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, Norman. **Sociologia del desarrollo:** uma perspectiva centrada em el ator. México: Colegio de San Luis, 2006. (Colección Investigaciones).

LONG, Norman; PLOEG, van der Jan Douwe. Eterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). **Rethinking social development:** theory, research and practice. London: Longman, 1994. p. 62-90.

MDA. **Estudo da matriz produtiva do território do Médio Alto Uruguai:** diagnóstico para elaboração do plano safra territorial. (Apresentado durante plenária do território do Médio Alto Uruguai, Frederico Westphalen, jun. 2007).

MÉDIO Alto Uruguai lidera expansão da fruticultura no estado. **Jornal O Alto Uruguai**, 01 maio 2004. p. 12.

MILONE, Perlugi. **Agriculture in transition:** a neo-institutional analysis. Assen: Van Gorgum, 2009.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005.

OLIVEIRA, João Antônio; PREZOTTO, Leomar Luis; VOIGT, Leandro. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina.** Florianópolis: CEPAGRO, 1999.

OLIVEIRA, João Antônio; PREZOTTO, Leomar Luis; VOIGT, Leandro. **Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do estado do Rio Grande do Sul:** relatório de estudo especial. Florianópolis: Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, 2002.

OOSTENDIE, Henk; BROEKHUIZEN, Rudolf von. The dinamic of novelty production. In: PLOEG, Jan Douwe van der; MARSDEN, Terry (Ed.). **Unfolding webs:** the dynamics of regional rural development. Netherlands: Gorgum, 2008. p. 68-86.

PELAEZ, Vitor; SZMRECSÁNYI, Tómas (Org.). **Economia da inovação tecnológica.** São Paulo: Hucitec, 2006.

PELLEGRINI, Gelson. **Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústria familiar.** Dissertação (Mestrado)-Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

PELLEGRINI, Gelson; CADONÁ, Luis Alberto; GAZOLLA, Marcio. **Agroindústria familiar:** a geração de uma novidade produtiva e de inovações na agricultura: relatório final de pesquisa. Porto Alegre, 2009. (Projeto Ipode).

PELLEGRINI, Gelson, GAZOLLA, Marcio. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul:** limites e potencialidades a sua reprodução social. Frederico Westphalen: URI, 2008.

PELLEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da Região do Médio Alto Uruguai** (CAAF, 2006): relatório final de pesquisa. Frederico Westphalen, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre, UFRGS, 2006. (Estudos rurais). p. 13-54.

PLOEG, Jan Douwe van der et al. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Estudos rurais).

PLOEG, Jan Douwe van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 285-300.

RAUPP, Andre Kuhn. **Políticas públicas e agroindústrias de pequeno porte da agricultura familiar:** considerações de experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) — Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005. Rio de Janeiro, 2005.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, v. 35, p. 393-411, 2003.

ROEP, Dirk; WISKERKE, Johannes S. C. Reflecting on novelty production and niches management in agriculture. In: WISKERKE, Johannes S. C.; PLOEG, Jan Douwe van der (Org.). **Seeds of transition: essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004. p. 341-355.

SCHNEIDER, Sergio. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil** (Acrônimo: "IPODE"), 2007. (Projeto de pesquisa CNPq). SCOTT, James. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.

STUIVER, Marian. **Regime, change and storylines: a sociological analysis of manure practices in contemporary Dutch farming**. Netherlands: Wageningen Univ., 2008.

STUIVER, Marian; LEEUWIS, Cees; PLOEG, Jan Douwe van der. The power of experience: farmers' knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: WISKERKE, Johannes S. C.; PLOEG, Jan Douwe van der (Org.). **Seeds of transition: essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004. p. 93-118.

VENTURA, Flámina; MILONE, Perlugi. Novelty as redefinition of farm boundaries. In: WISKERKE, Johannes S. C.; PLOEG, Jan Douwe van der (Org.). **Seeds of transition: essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004. p. 57-92.

WESZ, Junior Valdemar João. **As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira**. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009. Rio de Janeiro, 2009.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. (Estudos rurais).

WISKERKE, Johannes S. C.; PLOEG, Jan Douwe van der (Org.). **Seeds of transition: essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004. p. 1-28.